

GÊNERO E SEXUALIDADE: AVANÇOS E RETROCESSOS NA VERSÃO FINAL DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR¹

Eixo Temático 19 - Gênero e Sexualidade na Escola: Novas Ameaças, Enfrentamentos e Possibilidades de Resistências

Jéssica Gomes das Mercês Costa²
Thais Nunes Pereira³
Edinaldo Medeiros Carmo⁴

Resumo

A Base Nacional Comum Curricular é um documento brasileiro homologado, em partes, em 2017. As questões de gênero e sexualidade foram muito debatidas na produção da BNCC. Assim, esta pesquisa objetiva comparar as mudanças relacionadas ao referido tema na disciplina de Ciências no Ensino Fundamental nos textos de três versões da Base. Para isso, foi feita a análise nos documentos para observar as implicações presentes nos postulados das competências e habilidades. Com a análise, percebe-se uma inclinação para a vertente conservadora na abordagem, com maior correspondência biológica da temática. Além de redução e censura de temas considerados polêmicos. Dessa forma, é importante a discussão sobre uma abordagem ampla para compreender os aspectos biológicos, sociais e culturais da temática.

Palavras-chave: Competências; Currículo; Ensino de Ciências.

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que começou a ser produzido em 2015 por pesquisadores especializados do campo educacional. Após passar por diversas versões foi homologado em 2017 uma versão incompleta e, posteriormente, em dezembro de 2018, foi homologada a parte referente ao Ensino Médio e publicada a versão

¹ Este texto apresenta resultados de um projeto de pesquisa denominado “A produção do saber da experiência por professores de Ciências e Biologia no início da trajetória profissional”, o qual possuía financiamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

² Professora de Ciências da Educação Básica e doutoranda em Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF, jessicaa.mercês@hotmail.com;

³ Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, tais.nunes.201182@gmail.com;

⁴ Professor do Departamento de Ciências Naturais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, medeirosed@uesb.edu.br.

completa do documento para a Educação Básica. A produção da Base ocorreu em diferentes versões:

- 1ª versão (2015) – primeiro texto apresentado, aberto para consulta pública online, na qual toda a população poderia ler o texto e fazer suas proposições;
- 2ª versão (2016) – texto foi produzido a partir das interferências da consulta pública realizada no texto da 1ª versão;
- 3ª versão (2017) – versão do texto apresentado em abril de 2017 (se distancia das propostas anteriores, pois foi produzida por um comitê distinto do estabelecido em 2015, consequência das alterações políticas vivenciadas em 2016);
- 4ª versão (2018) – texto da Educação Infantil e Ensino Fundamental homologados em 2017, mas, na análise foi utilizado o texto da versão final de 2018, na qual ele foi englobado.

A BNCC, segundo seu próprio texto, não é o currículo, mas uma referência obrigatória para a construção curricular, assim, os currículos das redes e os projetos pedagógicos das escolas devem conter os conhecimentos, competências e habilidades explicitados na BNCC (BRASIL, 2018).

No processo formativo, questões de gênero e sexualidade é um dos temas que deve ser discutido no decorrer da formação cidadã do discente. Porém, além de ser considerado um tabu, a objeção por essa abordagem tem sido intensificada por influência de grupos políticos e religiosos, assim as discussões que envolvem essa temática estão sendo postos em segundo plano. As questões de gênero e sexualidade têm sido bastante cerceadas ao longo da história. O controle destes temas é decorrente de relações de domínio existentes na sociedade, refletindo em todos os setores sociais.

Entre a normatividade neoliberal e os grupos políticos e religiosos se encontra Movimento Escola sem Partido, no qual seus criadores afirmam representar pais e estudantes contrários ao que chamam de "doutrinação ideológica" nas escolas. Dentre as demandas do grupo está o combate a ideologia de gênero nos currículos que vem ganhando força e interferindo em documentos oficiais como a BNCC (MACEDO, 2017).

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é comparar as mudanças ocorridas na temática gênero e sexualidade na disciplina de Ciências referente às competências gerais e específicas nos textos de três versões da BNCC.

Para a realização deste trabalho foi feita uma pesquisa documental concentrada na análise e interpretação de dados de um documento. Segundo Ludke e André (1986, p. 38), a análise documental não é muito difundida no campo da Educação, apesar de ser uma técnica valiosa para a obtenção de dados qualitativos.

Desse modo, foi realizada a seleção das versões que abordassem a temática gênero e sexualidade no documento da BNCC referente a disciplina de Ciências, com o intuito de observar as implicações presente nos postulados das competências gerais e específicas. Para isso, foram elaborados quadros visando comparar os textos, suas inclusões, deleções ou outras modificações.

Quanto às competências gerais

A BNCC homologada tem sua formulação fundamentada na pedagogia das competências, apresentando dez competências gerais para a Educação Básica. No documento oficial, competência é “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL 2018, p. 8).

Cabe considerar que a pedagogia das competências não estava presente nas primeiras versões do documento, essa configuração se fez presente nas 3ª e 4ª versões. Ao comparar as competências gerais das referidas versões, foi possível notar a supressão de parte do texto da competência 9 da última versão em relação a 3ª versão (Quadro 1).

Quadro 1. Comparação da Competência Geral 9 em duas versões da BNCC.

BNCC: 3ª Versão (2017, p. 19)	BNCC: 4ª Versão (2017b, p. 9)
<p>Competência 9: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, <i>sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.</i></p>	<p>Competência 9: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, <i>sem preconceitos de qualquer natureza.</i></p>

A supressão supracitada é uma possível forma de mascarar a questão do preconceito, sendo assim, um retrocesso do documento. Assim, podemos afirmar que retroceder em evidenciar as diversas formas de agressão ao outro é, de certa forma, negligenciar o enfrentamento a estas atitudes hostis presentes na sociedade. Nesse contexto, de acordo com Borba, Andrade e Selles (2019), as temáticas não aceitas pela ala conservadora acabam não sendo pauta na sala de aula, negando-se as discussões que trariam explicações com perspectivas biológicas ou socioculturais.

Ao trazer para o debate as questões de gênero e sexualidade, o ensino de Ciências e Biologia, comumente, aborda aspectos referentes ao corpo humano, entretanto, a abordagem se limita a questões anátomo-fisiológicas, sem incorporar as reflexões de gênero, sexualidade, raça e etnia (BORBA; ANDRADE; SELLES, 2019). Com o descaso dos documentos oficiais, em relação a estas temáticas, é possível que elas se tornem ainda mais invisibilizadas no espaço escolar.

No decorrer da elaboração do referido documento, críticas e posicionamentos de diversos grupos mostraram de modo explícito as disputas pela supressão de determinados temas. Assim, segundo Piccinini e Andrade (2018, p. 11):

Embora saúde e sexualidade fossem inseridos nos temas contemporâneos, é preciso lembrar que logo após divulgada a 3ª versão, a bancada evangélica do Congresso Nacional comemorou a retirada da questão de gênero da BNCC, apesar do descontentamento relativo a retirada do ensino religioso. Pouco tempo após a divulgação desta versão, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a influência de ideias conservadoras na BNCC recomendou “esforços para combater a discriminação nos ambientes escolares, inclusive por orientação sexual”.

Quanto às competências específicas

A BNCC também se estrutura por meio de competências específicas das áreas e dos componentes curriculares. Como descrito, tem-se que “[...] cada área do conhecimento estabelece competências específicas de área, cujo desenvolvimento deve ser promovido ao longo dos nove anos. Essas competências explicitam como as dez competências gerais se expressam nessas áreas” (BRASIL, 2018, p. 28).

Assim, para a área de Ciências da Natureza o texto apresentado na 2ª versão propunha, para o Ensino Fundamental, seis objetivos gerais de formação para os anos iniciais e quatro para os anos finais. Em sua 3ª versão, estes foram modificados para sete competências específicas que estavam designadas para o Ensino Fundamental e, posteriormente, na 4ª versão foram estabelecidas oito competências para a área de Ciências da Natureza.

Na 2ª versão, dentre os objetivos gerais (expressão análoga às competências específicas), não se encontra nenhum diretamente ligado com a questão estudada (BRASIL, 2016). Entretanto, as 3ª e 4ª versões apresentam um acréscimo de competências específicas nas quais há a inclusão de algumas que se relacionam com o tema estudado nesse trabalho (Quadro 2).

Quadro 2. Algumas competências específicas da área de Ciências da Natureza presentes nas versões 3 e 4 da BNCC.

BNCC, 3ª Versão (BRASIL, 2017, p. 276)	BNCC, 4ª Versão (BRASIL, 2018, p. 324)
Competência 5: Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e <i>o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.</i>	Competência 5: Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e <i>o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.</i>
Competência 6: Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza.	Competência 7: Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, <i>compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.</i>
Competência 7: Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a <i>respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.</i>	Competência 8: Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais <i>e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.</i>

Fonte: Brasil (2017; 2018).

Como apresentado, na 3ª versão a competência 5 se refere ao respeito ao próximo, independente de preconceitos de qualquer natureza, denotando a ideia de empatia e alteridade quanto a gênero, etnia, orientação sexual. Equivalente à competência citada dispõe a competência 6 que, de forma semelhante, aborda o respeito e o conhecimento e cuidado com o corpo. Assim como, a competência 7 traz a reflexão sobre a ação pessoal e social associado a questões como saúde humana.

Apesar de abordar o corpo humano e a coletividade, em nenhum desses enunciados são colocados de maneira explícita questões como os problemas sociais existentes relacionados à desigualdade de gênero e à comunidade LGBTQI+. Ademais, é possível reconhecer uma

proposta biológica-higienista, visto que o foco destas competências está limitado a questões anatomo-fisiológicas e de saúde, desconsiderando elementos psicológicos e de sexualidade. Destaca-se, que os únicos elementos socioemocionais e de coletividade apresentados nestas competências, têm relação direta com os anseios de uma educação empresarial, como afirmam Piccinini e Andrade (2018, p. 44), “[...] estabelece-se a clara inserção das competências sócio emocionais almejadas pelo empresariado articulada ao ensino de Ciências da Natureza”.

Ainda comparando as versões, apontamos que na 4ª versão tem-se a permanência das três competências anteriores. Contudo, são adicionados alguns elementos na competência 7, na versão anterior numerada como competência 6. O texto avança em uma explicação mais ampla da questão e do cuidado e compreensão do corpo diante a diversidade humana e com respeito ao próximo, sutilmente abordando a coletividade.

Assim, as competências trazem aspectos referentes ao reconhecimento das diferenças físicas e culturais de si e de outros, também associado a sexualidade. Se tais competências forem abordadas para além do documento, ou seja, em conjunto com uma visão mais ampla do espectro da dimensão humana e promovendo uma reflexão crítica sobre estas questões na sociedade será possível fomentar diferentes aprendizagens e a desconstrução de paradigmas estabelecidos.

Considerações finais

As discussões sobre sexualidade são ainda consideradas polêmicas, em especial, na educação de crianças e adolescentes. No entanto, é dever da escola, lugar onde é possível obter conhecimentos com maior embasamento científico e com profissionais para discutir as questões de gênero e sexualidade com a maior abrangência.

Assim, conforme observado nos dados analisados, a versão final da BNCC amplia a menção de conceitos e subtemas sobre a sexualidade. Entretanto, ainda há ausência de conceitos mais abrangentes que busquem incluir as questões relacionadas as discussões de gênero, da mulher, das populações LGBTQIA+, visando desmitificar conceitos equivocados defendido por muitos grupos políticos e religiosos, como a Escola sem Partido e a bancada evangélica, que se mobilizam para impedir que a temática seja discutida no ambiente escolar, ao retroceder uma questão relevante em um tabu.

Referências

BORBA, R. C. N.; ANDRADE, M. C. P.; SELLES, S. E. Ensino de Ciências e Biologia e o cenário de restauração conservadora no Brasil: inquietações e reflexões. **Revista**



Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p. 144-162, maio/ago., 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/44845/30450> Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular.** Segunda versão. Brasília: Ministério da Educação, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/05/BNCC-BOOK-WEB.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil e Ensino Médio.** Terceira versão. Brasília: Ministério da Educação, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Base0416.pdf> Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. MEC **Base Nacional Comum Curricular.** Versão final. Brasília: Ministério da Educação, Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 21 jul. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **A pesquisa em educação:** abordagens qualitativas, São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, E. As Demandas Conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 516-518, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JYfWMTKKDmzVgV8VmwzCdQK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21 jul. 2022.

PICCININI, C. L.; ANDRADE, M. C. O ensino de Ciências da Natureza nas versões da Base Nacional Comum Curricular, mudanças, disputas e ofensiva liberal conservadora. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, v. 11, n. 2, p. 11, 2018. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/124/32> Acesso em: 21 jul. 2022.